

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PATRICIA GEREMIAS DE OLIVEIRA

**A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-
PARANÁ SOBRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS APLICADA AO SETOR
PÚBLICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal – RO
2013

**A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-
PARANÁ SOBRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS APLICADA AO SETOR
PÚBLICO**

PATRICIA GEREMIAS DE OLIVEIRA

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da prof^a. Ms. Ellen Cristina de Matos.

**Cacoal – RO
2013**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ SOBRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS APLICADA AO SETOR PÚBLICO”, elaborado pela acadêmica PATRICIA GEREMIAS DE OLIVEIRA, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof.^a Mestre Ellen Cristina de Matos
Presidente

Prof. Mestre Charles Carminati de Lima
Membro

Prof. Dr. Adriano Tumeleiro
Membro

Média

Cacoal – RO
2013

Em primeiro lugar, agradeço ao Eterno, que me guia, me protege e me concedeu vida, força, ânimo e oportunidade de realizar este sonho. Bendito seja Ele para sempre.

Aos meus pais, que sempre idealizaram comigo essa conquista, que me orientaram, me deram força e coragem para enfrentar todos os obstáculos, agradeço por cada sono perdido ao me esperar todas as madrugadas durante estes quatro anos, pela preocupação, compreensão e por todo o auxílio, com certeza sem vocês eu não teria ido até o fim, amo muito vocês!

Às minhas irmãs e cunhados, pela amizade e companheirismo, sou grata ao Eterno por ter vocês na minha vida.

Ao meu namorado pela compreensão, pelo tempo cedido e pelas inúmeras vezes que me animou durante esta jornada.

Agradeço também, a todos os colegas de trabalho, por onde passei nesses quatro anos, pela compreensão, força, ânimo e auxílio.

Aos colegas de sala e do ônibus, que compartilharam as dificuldades e obstáculos enfrentados, seja na estrada ou no aprendizado, agradeço de coração pelo companheirismo e amizade, torço pelo sucesso de cada um de vocês.

À minha orientadora, que me norteou nesse trabalho com muita atenção e carinho. Assim como todos os professores, sábios mestres, que acompanharam o meu aprendizado e colaboraram com essa vitória.

A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ SOBRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

Patricia Geremias de Oliveira¹

RESUMO: O estímulo ao desempenho da Administração Pública orientada para a gestão gerencial, em busca de planejamento, controle e economicidade para uma melhor aplicação dos recursos vêm requerendo, cada vez mais, a mensuração dos custos despendidos no setor público. Neste contexto, a gestão de custos, tem se tornado instrumento indispensável no controle dos gastos públicos e nas tomadas de decisões. O objetivo desse trabalho é verificar a percepção dos servidores do setor de contabilidade acerca do processo de implantação do Sistema de Informação de Custos (SIC) na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná- RO evidenciando a importância e as principais vantagens que este sistema proporcionará ao setor público, como instrumento gerencial para as tomadas de decisões. Quanto à metodologia abordou-se o método dedutivo, e para sua concretização foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados questionários, aplicados a 11 servidores da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. Dentre eles, auditora fiscal do município, responsáveis pelos serviços de contabilidade, economista e um contador da controladoria. Por meio da pesquisa aplicada observa-se que apesar dos respondentes não estarem atualizados com o assunto, pois 73% desconhecem o sistema de custos, e apenas 27% conhecem, tem-se a percepção da importância da gestão de custos e dos benefícios que trará para a Administração Pública.

Palavras-chave: Sistema de Informação de Custos. Contabilidade de Custos. Administração Pública.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é a ciência que estuda o Patrimônio e suas variações. Sua aplicação é essencial para o gerenciamento e controle de uma atividade, é conhecida também como um instrumento fundamental para auxiliar o gestor nas tomadas de decisões.

Por meio desta ciência os gestores públicos são capazes de gerir melhor os recursos em prol da sociedade. Uma das ferramentas de controle da contabilidade é o sistema de custos que tem sua aplicação na administração pública brasileira, ainda muito recente. O interesse dos profissionais e pesquisadores de contabilidade despertou-se após a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000). O conhecimento dos custos em suas entidades viabiliza aos gestores públicos meios para tomarem as melhores decisões entre as alternativas de produzir ou privatizar os serviços (SLOMSKI, 2005).

Com o avanço da sociedade, tem-se exigido cada vez mais dos governantes esforços na gestão de melhorias ao bem comum, obrigando-os a elaborarem novas técnicas para mensurar e demonstrar o cumprimento das metas, objetivos e resultados alcançados, assim, o

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Ellen Cristina de Matos.

sistema de custos, como novo índice para avaliação do desempenho da gestão do setor público propiciará revelar maior clareza dos pontos de desperdícios cometidos e a realocação de recursos dos programas que reúnem maiores resultados à população.

A necessidade de divulgação e mensuração do desenvolvimento governamental é um tema quem vem sendo debatido atualmente no setor público, inclusive como parametrização da Contabilidade Pública entre os países. Diante do contexto apresentado, questiona-se: qual a percepção dos servidores sobre a futura implantação do Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná?

O Sistema de Informação de Custos do Governo Federal surge como um novo instrumento de apoio aos gestores públicos nas tomadas de decisões, reunindo dados que os auxiliem no controle, planejamento e avaliação das atividades e programas. É ainda um sistema que está em fase de implantação, onde as prefeituras têm até o final de 2014 para o implantarem.

Este trabalho teve como objetivo geral verificar sobre a percepção dos servidores do setor de contabilidade acerca do processo de implantação do Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná- RO; tendo ainda como objetivos específicos: apresentar conceitos relacionados à Administração Pública, Custos, Sistema de Custos na Administração Pública; identifica a importância e as principais vantagens da futura implantação de um sistema de custos, bem como aborda o conhecimento dos servidores, no que se refere à nova gestão de custos como instrumento que irá auxiliar nas tomadas de decisões na administração pública municipal.

Para realização da pesquisa considera-se a importância do assunto, tanto para fins internos, ou seja, para seus gestores, como para externos, os usuários da informação, onde a Administração Pública necessita adequar-se as exigências da sociedade, propiciando maior transparência da alocação dos recursos, bem como qualidade nos serviços. Assim, o estudo apresentado proporciona conhecimento aos gestores públicos, apresentando o Sistema de Custos como uma nova ferramenta gerencial, fundamental para a tomada de decisão; informa aos cidadãos o desenvolvimento de um novo instrumento que visa maior clareza das informações públicas; e por fim essa pesquisa pretende ser útil aos acadêmicos que poderão utilizá-la, como meio norteador, de pesquisas futuras; bem como contribuir para o aprendizado daqueles que se dedicam na administração pública, para uma gestão cada vez melhor.

A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica e de campo visando aprofundar o conhecimento do assunto abordado utilizando livros, artigos relacionados ao tema, a coleta

de dados foi realizadas junto a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, onde os dados coletados através de questionários junto aos contadores, servidores responsáveis pelos serviços contábeis, auditora municipal, economista e servidor da controladoria geral. Para obter os resultados, os dados foram analisados a partir do agrupamento das informações referente às variáveis, conhecimento sobre custos e sobre o Sistema de Custos do Governo Federal, bem como sua importância, benefícios e sua implantação na administração pública municipal.

No decorrer deste trabalho abordar-se-á sobre administração pública e a tomada de decisões, um breve comentário sobre a contabilidade de custos na administração pública, sua história e alguns conceito de custos, e por fim o sistema de contabilidade de custos na administração pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As fortes crises internacionais e a conscientização da população intensificam, cada vez mais, a pressão sobre os governos para uma melhor gestão dos recursos aplicados ao setor público. Sabemos, no entanto, que há muito ainda por fazer para que o aparelho administrativo do Estado brasileiro seja mais eficiente, mas para isso é preciso ter um conjunto de instrumentos necessário à efetivação das tarefas fundamentais (HOLANDA; WELTMAN; GUIMARÃES, 2010).

Só será possível uma evidente mudança no setor público quando deixar de centralizar o enfoque contábil financeiro e passarem a focar na contabilidade gerencial, onde o controle, o planejamento e a eficiência são buscados por meio de instrumentos capazes de proporcionar todas as informações necessárias para a melhor decisão. É por isso que esses novos instrumentos de controle vêm revolucionar não somente a mensuração no setor público, mas a forma de visão dos gestores quanto à aplicação dos recursos.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A TOMADA DE DECISÕES

A contabilidade de custos apresenta-se com um novo enfoque para a gestão, não servindo somente como instrumento para o controle interno, como também uma ferramenta de auxílio à gerência, permitindo esclarecimento sobre os aspectos quantitativos e qualitativos dos programas de governo contribuindo para erradicação dos problemas (WIEMER; RIBEIRO, 2004).

A contabilização dos custos no setor público busca uma melhor qualidade nos gastos dada a efetiva mensuração do desempenho governamental o que pode refletir uma melhora significativa no planejamento e orçamento, bem como na avaliação de políticas públicas e programas custeados por recursos públicos (HOLANDA *et.al*,2012).

Para a administração pública esse sistema de custos será muito útil para o processo de tomadas de decisões, pois com este controle tem-se uma base mais sólida para decidir quanto à distribuição ou corte de recursos das unidades gestoras de acordo com seu desempenho (WIEMER; RIBEIRO, 2004).

Na administração pública existem diversos sistemas de informações como SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, SIAPE-Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, SIDOR-Sistema Integrado de Dados Orçamentários, SIGPLAN-Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento, entre outros, porém estes não possibilitam medir o desempenho ou realizar comparações com informações relativas a despesas ou custos, pois apenas evidenciam os valores gastos em determinadas rubricas, (WIEMER; RIBEIRO, 2004), ou seja, seria necessário um conjunto de informações gerenciais para que o administrador público pudesse realizar uma análise do ponto de vista gerencial e cumprir com efetividade as políticas públicas. (HOLANDA; WELTMAN; GUIMARÃES, 2010).

Para tomar uma decisão é preciso que o gestor tenha o cuidado e a cautela de avaliar as diferentes alternativas de ação, seus custos e benefícios, de acordo com essas informações é possível ter uma atitude mais fundamentada em bases gerenciais. (HOLANDA; WELTMAN; GUIMARÃES, 2010).

Segundo Cruz e Neto (2007), a contabilidade financeira visa satisfazer os constituidores externos com informações e a contabilidade gerencial aos tomadores de decisão, como no setor público não possuímos constituidores externos, esta composição pode ser identificada por meio de todos os contribuintes residentes no território.

Cruz e Neto (2007) também afirmam que a escassez de recursos nos estados e municípios para atender as necessidades tem dificultado a aplicação da contabilidade gerencial, desta forma os gestores buscam por convênios e programas nacionais para suprir essa insuficiência de recursos, porém não tendo grande intervenção nas tomadas de decisões da alocação de recursos, diante disto percebemos que a adoção imediata da contabilidade de custos é essencial para a sobrevivência da administração pública.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS: ASPÉCTOS ANALÍTICOS

Conforme o Estado evolui e sua população cresce, é necessário que se tenha maior controle sobre suas formas de recolhimento e aplicação do dinheiro recolhido em ações que beneficiem a sociedade, num todo, mais necessariamente após os anos de 1980, o Estado se viu forçado a reorganizar sua política econômica, devido a fatores como a exposição da economia nacional à competição internacional e da crise fiscal do Estado, sendo com isso a ordem determinante, cortar gastos (ALONSO 1999).

2.2.1 História

O início do controle dos gastos públicos, no Brasil, se deu com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, em 1986. E ainda com o desenvolvimento e a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) significaram uma verdadeira revolução na gestão das finanças públicas no Brasil provocando um grande avanço para a época (ALONSO, 1999).

O SIAFI, mesmo sendo um sistema de controle da administração não permite a apuração de custos dos serviços públicos, pois seu objetivo é controlar apenas a execução da despesa, por isso a oportunidade de se criar um sistema de custos como uma nova reforma (ALONSO, 1999).

A ênfase de implantação deste sistema se deu primeiramente com a lei 4320/1964, com o Decreto Lei 200 de 1967 e reforçada no artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, de acordo com Holanda et al (2012) a dificuldade em se implementar um sistema de custos na administração pública brasileira, passados quase meio século da primeira lei que o citou, se deve a falta de uma cultura para existência dessa apuração do sistema de custos, à ausência de rotinas de responsabilização e incentivos suficientes, e ainda muitos gestores sentem-se desconfortáveis pela possibilidade de serem avaliados por seu desempenho ou decisões alocativas de recursos.

As informações e a grande massa de dados disponibilizados são de difícil entendimento pelo público, esse controle pretende facilitar a identificação ou rastreamento da aplicação dos recursos arrecadados, sejam na forma de investimentos, despesas de manutenção ou pagamento de juros da dívida pública.

2.2.2 Conceito de custos

O conceito dado para despesa e custos é que a despesa é o desembolso financeiro das ações governamentais e os custos medem “o consumo de recursos na produção de um bem ou serviço” ou das atividades das organizações (ALONSO, 1999).

Para Wiemer e Ribeiro (2004) “As despesas nos mostram como o governo financia os recursos que usa ou potencialmente poderá utilizar, enquanto os custos nos mostram como o governo financia seus resultados”.

Para compreender melhor a contabilização dos custos é necessário ter domínio de alguns conceitos, pois de acordo com Cruz e Neto (2007) “O uso equivocado de conceitos, torna-se inútil para várias das finalidades da contabilidade.” Assim separamos alguns conceitos básicos conforme abordagem de Martins (2003) e exemplificado por Cruz e Neto (2007), conforme segue na Tabela 1:

Gasto	É o Sacrifício financeiro que a entidade faz para obter um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse que se dá por entrega ou promessa de entrega de ativos. Exemplo: aquisição de um prédio para instalação de um posto de saúde.
Investimentos	Gasto que é registrado no ativo em função de sua vida útil ou de benefícios que proporcionará em períodos futuros. Exemplo: aquisição de um prédio para instalação de uma escola, um prédio é investimento, pois dificilmente será consumido durante o primeiro exercício financeiro e nos anos de duração a Prefeitura terá benefícios ao longo de vários exercícios.
Custo	Gasto relativo a bem ou serviço consumido na elaboração de um outro bem ou serviço. Podemos citar a energia elétrica consumida nos equipamentos médicos utilizados no atendimento a pacientes em hospital.
Despesa	Bem ou serviço consumido na mesma forma física que é adquirida para obtenção de receitas. Exemplo serviço de telefonia onde são confirmadas consultas de pacientes.

Tabela 1 - Conceitos básicos da Contabilidade de Custos.

Fonte: Autor

O sistema de acumulação de custos do setor público, de acordo com Moreira (2010) ocorrerá por duas maneiras a primeira por processo nos serviços típicos do setor público, devendo ser acumulados durante determinado período; e a segunda por ordem de serviço quando se tem uma obra, ou melhor, uma prestação de serviço que tenha data inicial e final para sua execução.

Ainda segundo Moreira (2010) o método de custeio do setor público se dará por custeio direto que ocorre quando todos os custos fixos e variáveis são facilmente mensurados e alocados diretamente a todos os objetos de custos.

2.3 CONTABILIDADE DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Atualmente o governo não possui métodos que propicie medir quanto cada despesa contribui para os resultados, pois os sistemas existentes, incluindo o Siafi apenas gerenciam os recursos, e não se tem um controle de quais atividades adicionam valor ao resultado das ações governamentais, ou ainda “quanto custam, os processos de trabalho e os programas” de governo (ALONSO, 1999).

O objetivo de se ter uma reforma na administração pública, onde são apresentadas propostas de novos modelos para auxiliar na gestão enfatizam o desenvolvimento dos controles para acompanhar o desempenho ou apenas os resultados.

No Brasil, encontra-se evolução no sistema público a partir de 1986, quando criou-se a Secretaria do Tesouro Nacional e logo depois com a criação dos SIAFI, instrumentos de controle da aplicação das despesas do governo.

Alonso (1999, p.4) enfatiza que “Se os modelos de gestão não dispuserem de sistemas de informação que avaliem o desempenho presente e apontem as tendências do desempenho futuro, então dificilmente a reforma será bem-sucedida”.

Para se alcançar uma melhor gestão na administração pública, é preciso adotar sistemas de informação que possam avaliar os custos das atividades realizadas, para se acompanhar o desempenho e apontar as tendências do desempenho futuro. (ALONSO, 1999).

2.4 SISTEMA DE CONTABILIDADE DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Anteriormente, na Era Mercantilista, era predominante a utilização das informações prestadas pela Contabilidade Financeira, que atendiam as necessidades das empresas e comércios da época, e as informações de custos, antes de ser utilizada como ferramenta para a tomada de decisão, ficou limitada à Contabilidade Industrial (HOLANDA et al, 2012). Alonso (1999) informa que foi a partir dos anos 70, com a integração da economia mundial e o progresso tecnológico, que as mudanças na contabilidade de custos começaram a surgir.

Conforme a evolução da Contabilidade Gerencial é que se passou a utilizar as informações de custos, como ferramentas para fins gerenciais nas organizações, no âmbito da

Administração Pública no Brasil é explícito esse desenvolvimento da Contabilidade de Custos, pois conforme se evolui o Estado percebe a importância em utilizar instrumentos de controle e planejamento, para fins gerenciais (HOLANDA et al, 2012).

2.4.1 Sistema de Informação de Custos do Governo Federal

O Sistema de Informação de Custos – SIC – do Governo Federal é iniciativa que cumpre determinação contida no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal que diz: “A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

Contudo a lei 4320/64 já exigia que a administração pública tivesse um acompanhamento da execução orçamentária e uma das formas seria a determinação dos custos, conforme diz no artigo 85: “Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”.

Na referida lei também diz em seu art. 99 que a administração pública formasse um controle por meio de contabilidade especial para determinação dos custos, vejamos: “Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeiro comum”.

A exigência foi confirmada também no Decreto-Lei nº 200 de 1967, que em seu art. 79, diz que: “A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão”, esse decreto também confirma o direcionamento da gestão pública para a finalidade gerencial. (HOLANDA et al, 2012).

Posteriormente, o Decreto Presidencial nº 93.872/1986 regulamentou o artigo 79, informando como a contabilidade deveria apurar os custos:

Art . 137. A contabilidade deverá apurar o custo dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão.

§ 1º A apuração do custo dos projetos e atividades terá por base os elementos fornecidos pelos órgãos de orçamento, constantes dos registros do Cadastro Orçamentário de Projeto/Atividade, a utilização dos recursos financeiros e as informações detalhadas sobre a execução física que as unidades administrativas gestoras deverão encaminhar ao respectivo órgão de contabilidade, na periodicidade estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A falta de informação da unidade administrativa gestora sobre a execução física dos projetos e atividades a seu cargo, na forma estabelecida, acarretará o

bloqueio de saques de recursos financeiros para os mesmos projetos e atividades, responsabilizando-se a autoridade administrativa faltosa pelos prejuízos decorrentes.

E por fim, a Lei nº 10.180/2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal:

Art. 15. O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar:

V - os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal;

Nota-se, ainda, que varias leis determinaram a exigência de um sistema que proporcionasse a mensuração dos custos dos serviços prestados, entretanto não houve por parte do Estado incentivos para apurar os custos com maior acurácia (ALONSO, 1999). Dos fatores apontados por Holanda et al (2012) que contribuíram para a não implantação desse sistema anteriormente, mesmo com as determinações em leis, destaca-se: “a falta de cultura para existência de custos; a ausência de rotinas de responsabilização e incentivos suficientes na Administração Pública; os gestores se sentirem desconfortáveis pela possibilidade de serem avaliados por seu desempenho; as informações em grande massa de dados disponibilizados são de difícil entendimento pelo público”.

O Sistema de Custos do Governo Federal é uma ferramenta versátil, que reunirá informações dos principais sistemas estruturantes, e que proporcionará a mensuração dos produtos e serviços disponibilizados pelo governo aos cidadãos, propondo maior transparência e controle social, e ainda contribuirá para avaliação dos gastos públicos (KLADI E FERRARI, 2011).

Por essa ótica Holanda et al (2012) também destaca o impacto desse sistema na Administração Pública ao proporcionar avanço na melhoria da qualidade do gasto, mensurando os resultados, bem como o desempenho da gestão. Informa ainda que “a partir da mensuração de custos, tanto a função planejamento como a de orçamento podem melhorar, assim como a avaliação de políticas públicas e programas custeados por recursos públicos”.

Para se formar o Sistema de Custos do Governo Federal, muitos esforços foram necessários, dentre eles, obedecendo ao Acórdão nº 1078/2004 do Tribunal de Contas da União que exigia a implantação do sistema de custos com a maior brevidade possível formou-se a Comissão Interministerial de 2005 que objetivava elaborar estudos e dar diretrizes para subsidiar a implantação deste sistema. Dando seguimento aos trabalhos foi instituída em 2008 a Câmara Técnica de Qualidade do Gasto (CTQG) e nessa época também se deu a realização da oficina de trabalho “Sistemas de Custos na Administração Pública: Modelo Conceitual e

Estratégia de Implementação”, nessa oficina o Ministério da Fazenda foi nomeado como órgão responsável para coordenar a tarefa de conceber e implantar o sistema de custos. Com isso a partir de outubro de 2008 o Sistema de Custos passou a ter um projeto executivo, passando de uma simples discussão de ideias para ser um processo estruturado com responsáveis, concepção teórica, cronograma e recursos. Em 2009, formou-se um grupo técnico na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda com o objetivo de produzir uma versão inicial do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal em parceria com o Serpro (KLADI E FERRARI, 2011).

Para o processo de implantação desse sistema, que visa revolucionar a administração pública, foi necessária a coordenação com diversos atores tais como “ministérios e entidades governamentais, comunidade acadêmica nacional e internacional, órgãos de controle externo e governos subnacionais” (KLADI E FERRARI, 2011, p. 4).

Também conforme informações de Kladi e Ferrari (2011, p. 4) a formulação do Sistema de Informação de Custos e sua implantação se deu mediante apoio de diversos órgãos, dentre eles: a “Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e da Secretaria de Recursos Humanos (SRH/MP), órgãos gestores, respectivamente, do SIDOR e do SIOP, do SIGPLAN, e do SIAPE”.

Paralelamente, foi introduzida uma série de debates sobre o projeto em questão por meio de seminários técnicos transmitidos pela internet, que permitiram capilaridade da iniciativa junto a instituições acadêmicas, e diversas áreas do governo. O último, realizado em 2009, contou com palestrante internacional, e a presença de importantes representantes dos órgãos do governo (KLADI E FERRARI, 2011).

Para Holanda; Weltman e Guimarães (2010, p. 60) durante os seminários, foram identificados seis públicos-alvo para o sistema de custos:

- a) Subsecretarias de planejamento, orçamento e administração (Spoas)
- b) Dos ministérios e demais órgãos setoriais (usuários do sistema Siafi);
- c) Gestores de programas (usuários do sistema Sigplan);
- d) Altas autoridades;
- e) Órgãos centrais (SPI,16 SOF e STN);
- f) Órgãos de controle (CGU e TCU);
- g) Sociedade em geral.

Foram realizados também pelo Serpro estudos acerca dos pontos de integração nos sistemas, com vistas à construção do armazém de informações (*datawarehouse*) do Sistema

de Informação de Custos e estudos acerca da metodologia de ajuste contábil (KLADI E FERRARI, 2011).

Mesmo com empenhos de diversos órgãos para que a implantação do sistema de custos no setor público ocorra percebe-se que devido a fatores culturais e econômicos há uma forte resistência para mudança na forma de controle e gestão pública, conforme enfatizado por Alonso (1999). Pois na administração pública é muito forte a convicção de que o fundamental é o cumprimento da lei, não se importando para o bom desempenho, economia de recursos e satisfação dos usuários (WIEMER e RIBEIRO, 2004).

3 METODOLOGIA

A pesquisa está inserida na área das ciências sociais e possui estudo de caráter exploratório, do qual a coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo.

A investigação baseou-se em variáveis qualitativas e quantitativas discretas e contínuas, de forma retrospectiva, na forma de levantamento bibliográfico, pesquisa em sítios (web) e coleta de dados na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, com apoio de observação na qual não houve intervenção do pesquisador na exposição.

Considerando seus objetivos, esta pesquisa se constitui do tipo prática, pois seu objeto de estudo se estabelece por uma situação social e por um problema encontrado em situação atual, buscando esclarecer a problemática observada quanto à percepção dos servidores do setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, acerca do processo de implantação do Sistema de Informação de Custo (SIC) do Governo Federal, quanto aos benefícios que irá proporcionar tanto para melhoria do gasto público como para as tomadas de decisões.

A pesquisa foi realizada no município de Ji-Paraná – RO do qual se realizou a coleta de dados por meio de aplicação de questionários, anexo, a onze (11) servidores da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná. Foi considerado o serviço realizado pelos servidores para a seleção da amostragem dessa pesquisa sendo escolhidos os que são responsáveis pelos serviços contábeis, dentre eles auditora fiscal do município, contadores das divisões (saúde, educação e tesouro), agentes administrativos, economista e contador da Controladoria Geral do Município, devido o assunto abordado estar ligado às suas atribuições.

Os resultados obtidos foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, tendo como subsídio, para apoio de compreensão e análise, o material da literatura consolidando as informações.

Para fins de obtenção dos resultados, os dados foram analisados a partir do agrupamento das informações referente às variáveis, conhecimento sobre custos e sobre a futura implantação do Sistema de Custos do Governo Federal, bem como sua importância e benefícios e por fim a iniciativas de sua implantação na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

A apuração dos resultados está demonstrada por meio de gráficos e foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, tendo como subsídio, para apoio de compreensão e análise, o material da literatura consolidando as informações.

Esta pesquisa está pautada dentro dos padrões éticos de pesquisa no sentido de não mencionar nomes ou quaisquer dados que possam trazer prejuízos a outrem.

4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada no mês de março na Prefeitura de Ji-Paraná, objeto de estudo da pesquisa, mediante aplicação de questionário, contendo questões mistas (abertas e fechadas), perfazendo um total de 34 questões junto aos contadores, servidores responsáveis pelos serviços contábeis, auditora municipal, economista e servidor da controladoria geral da Prefeitura de Ji-Paraná/RO. O questionário foi aplicado a 15 servidores, entretanto destes, 11 questionários foram respondidos, representando 73,33% do universo estudado.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O município de Ji-Paraná está localizado ao leste rondoniense, segundo dados do IBGE (2012), a cidade possui 118.092 (cento e dezoito mil e noventa e dois) habitantes é a 2ª cidade mais populosa de Rondônia, possui uma área territorial de 6.897 km², densidade demográfica 16,91, e seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é 0,753, as principais atividades econômicas do município são as indústrias de pequeno e médio porte, laticínios e a pecuária bovina. O nome da cidade provém do Rio Ji-Paraná, que hoje é conhecido como Rio Machado. Possui 6 (seis) faculdades de ensino superior, dentre elas a Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

4.2 PERFIL DOS SERVIDORES

Através dos dados contidos no gráfico 1- dados demográficos, verifica-se que 72,73% dos respondentes são femininos e 27,27% masculinos, dos quais possuem uma idade média de 38,11 anos. Contudo observa-se que 55,56% dos respondentes encontram-se na faixa etária de 41 a 50 anos, 33,33% entre 31 a 40 e somente 11,11% encontram-se abaixo de 30 anos.

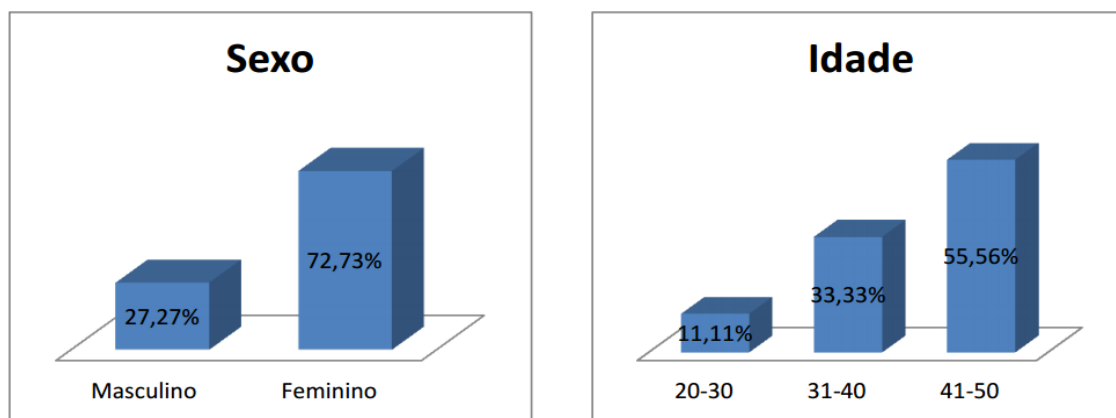


Gráfico 1 – Dados Demográficos

Quanto à formação acadêmica dos respondentes, 55% dos pesquisados possuem nível superior, 27% possuem ensino médio e 18% possuem especialização. Verifica-se ainda que dos que possuem nível superior, 78% são formados em Ciências Contábeis, 11% em Ciências Sociais e 11% em Sistemas de Informação.

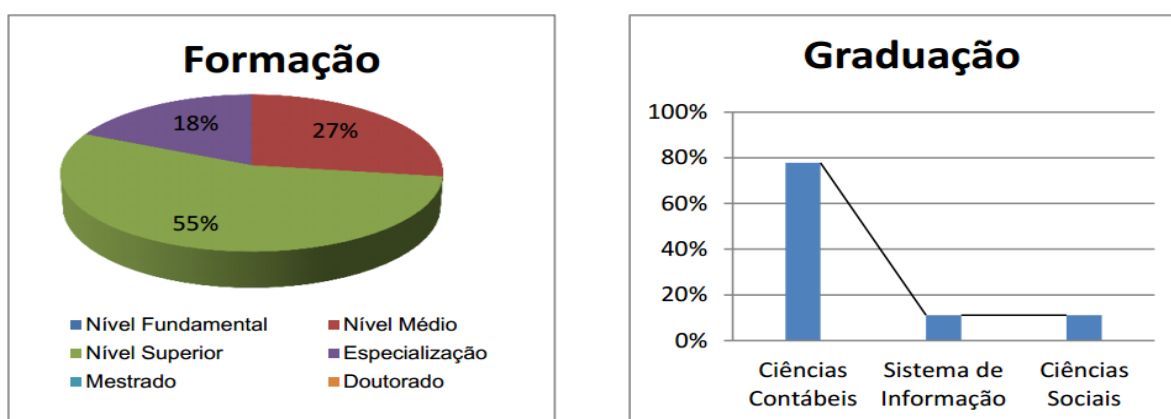


Gráfico 2 – Área de formação

O gráfico 3 ilustra o tipo de cargo e o tempo de serviço dos respondentes, no qual, demonstra que 73% são servidores efetivos, 18% possuem cargo comissionado e 9% possuem portaria. Verifica-se também que 55 % atuam de 10 a 15 anos na função, 27% de 1 a 10 anos e 18% menos de 1 ano, percebe se com esses dados que os servidores entrevistados possuem vasta experiência no setor público.

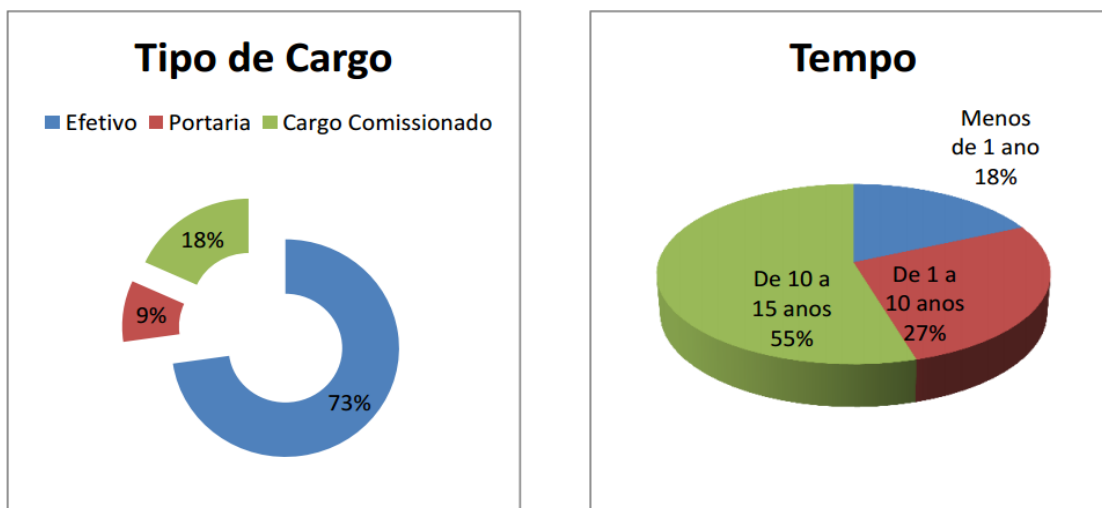


Gráfico 3 – Tipo de Cargo e Tempo

4.3 PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES SOBRE A CONTABILIDADE DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

Sobre o Sistema de Custos do Governo Federal, 73% desconhecem esse sistema, e o justificou pela não obrigatoriedade de sua utilização e pela Administração Pública não oferecer treinamentos, outros ainda por serem iniciantes na área, entretanto sabe-se que na era da informação é imprescindível que os servidores procurem estar atualizados, os 27% restantes conheceram o assunto por meio de palestras, cursos e internet, observou-se que não são pra todos os servidores que a Administração Pública proporciona esses tipos de treinamentos, varia de acordo com a função que exercem.

Com o intuito de identificar o conhecimento dos servidores a respeito do Sistema de Custos do Governo Federal, foi elaborada uma questão aberta sobre o que seria esse sistema, obteve-se as seguintes respostas: é um sistema que possibilita ao órgão o conhecimento efetivo de onde esta sendo aplicado o recurso público; ira avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da união; sistema que utiliza extração de dados estruturantes da Administração Pública Federal; e sacrifício financeiro que a entidade faz para obter um produto ou serviço.

O Sistema de Custos do Governo Federal é uma ferramenta versátil, que reunirá informações dos principais sistemas estruturantes, e que proporcionará a mensuração dos produtos e serviços disponibilizados pelo governo aos cidadãos, propondo maior transparência e controle social, e ainda contribuirá para avaliação dos gastos públicos (KLADI E FERRARI, 2011).

Sobre os custos, 91% não responderam ou não souberam identificar o conceito de custos, e 9% respondeu que custo é o gasto relativo a um bem ou serviço consumido na elaboração de outro bem ou serviço, no setor público pretende mostrar como o governo financia seus resultados. 55% disseram não haver diferença entre custos e despesas no setor público, 27% sim, e 18% não responderam. Aos que disseram que há diferença entre custos e despesas descreveram que custos é o consumo de recursos na produção de um bem ou serviço (custo do produto), consumo de recursos pelas atividades das organizações governamentais; despesa é o desembolso financeiro correspondente a qualquer ato de gestão do governo e ainda que custo é, o que se compra com fins sem retorno, ou seja, gasto já a despesa é aquilo que se paga para manutenção. Exemplo dado pelo respondente: escola custou R\$ 100,00 para ser construída, custo, paga-se R\$ 100,00 para mantê-la, despesa.

O conceito dado para despesa e custos é que a despesa é o desembolso financeiro das ações governamentais e os custos medem “o consumo de recursos na produção de um bem ou serviço” ou das atividades das organizações (ALONSO, 1999). Corroborando com essa ideia Wiemer e Ribeiro (2004) diz que: “As despesas nos mostram como o governo financia os recursos que usa ou potencialmente poderá utilizar, enquanto os custos nos mostram como o governo financia seus resultados”.

No que concerne à legislação, 57% dos servidores disseram que as leis que determinam que os custos sejam mensurados no setor público são: a Lei nº 4.320/64, Lei LRF, art. 50 e a Lei 10.180/2001, 43% não souberam ou não responderam.

O conhecimento sobre a implantação do Sistema de Custos do Governo Federal, 55% não possui este conhecimento, 27% disseram ter conhecimento deste assunto. Dos respondentes, 64% acreditam que o Sistema de Custos do Governo Federal proporcionará benefícios para a Administração Pública, os outros 36% não opinaram.

Indagou-se sobre quais os benefícios que o SIC poderá proporcionar a Administração Pública, 31% não opinaram, e 69% disseram que os benefícios, serão:

- a) Facilitar as tomadas de decisões para melhor alocação dos recursos;
- b) Subsidiar o planejamento e controle dos custos das atividades;
- c) Auxílio na gestão gerencial;
- d) Controle da economicidade das operações;
- e) Avaliação, simulação e análise das alternativas.

Das vantagens mais relevantes da implantação deste sistema, conforme demonstrado no gráfico 3, 46% não quiseram opinar, 36% disseram que é dar suporte aos gestores públicos nas tomadas de decisões, reunindo dados que os auxiliem no controle, planejamento e

avaliação das atividades e programas. 18% disseram que é permitir identificar ineficiências operacionais e oportunidades de redução de gastos, propiciando maior clareza dos pontos de desperdícios cometidos e a realocação de recursos dos programas.

Dentre as medidas de desempenho abordadas por Alonso (1999) são “promover a redução de custos com melhoria da qualidade dos serviços prestados”; um instrumento gerencial que servirá de “guia para avaliar o impacto efetivo das decisões tomadas”; e ainda “instrumentalizar o combate ao desperdício e identificar atividades que não agregam valor ao usuário dos serviços públicos”;

O SIC, como ferramenta gerencial, proporcionará uma melhor aplicação dos recursos públicos, 64% acredita que sim, 36% não responderam. O conhecimento dos custos em suas entidades viabiliza aos gestores públicos meios para tomarem as melhores decisões entre as alternativas de produzir ou privatizar os serviços (SLOMSKI, 2005). Dos motivos apresentados pelos quais existirá essa melhor aplicação dos recursos, obteve-se, as seguintes respostas: proporcionar instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos recursos públicos; com o sistema de custos facilitará ver quais os recursos que devem ser mais bem aplicado de maneira mais clara e transparente; pois buscará novos modelos para implantar melhorias. Verifica-se que os servidores são coniventes com a ideia de o sistema de custos ser uma ferramenta gerencial que auxilie os gestores a aplicarem melhor os recursos. Concordando com essa ideia Alonso (1999) diz que “há melhoria na qualidade dos serviços prestados quando a administração pública consegue prover os mesmos serviços, em quantidade e qualidade, a custos menores”.

A contabilização dos custos no setor público busca uma melhor qualidade nos gastos dada a efetiva mensuração do desempenho governamental o que pode refletir uma melhoria significativa no planejamento e orçamento, bem como na avaliação de políticas públicas e programas custeados por recursos públicos (HOLANDA *et.al*,2012).

Holanda et al (2012) diz que “a partir da mensuração de custos, tanto a função planejamento como a de orçamento podem melhorar, assim como a avaliação de políticas públicas e programas custeados por recursos públicos”.

Da implantação e utilização deste sistema para a Administração Pública, 46% acreditam ser importante, 18% não e 36% não opinaram. Alonso (1999) enfatiza que como na Administração Pública os custos não são medidos, abre-se margem para a ineficiência, uma vez que a eficiência é medida na confrontação de resultados com custos. Os principais motivos que tornam o SIC importante para a Administração Pública, de acordo com os respondentes são: possibilitar aos gestores a tomar decisões mais seguras, as informações

serão claras e objetivas; ser elemento de melhoria do gasto público; os gestores poderão, através da transparência, saber onde aplicar os recursos.

Quanto à gestão de custos poder auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, 46% dos entrevistados, responderam que sim, 9% não, e 45% não souberam ou não responderam. Dos que acreditam que a gestão de custo será uma ferramenta de apoio gerencial nas tomadas de decisões, os principais motivos são, para 45%, por este sistema proporcionar a redução de desperdícios, para 22%, por ele comparar custos das atividades desenvolvidas, 22% por auxiliar para uma melhor realocação dos recursos, e 11% pela previsão orçamentária, conforme demonstra no gráfico abaixo.

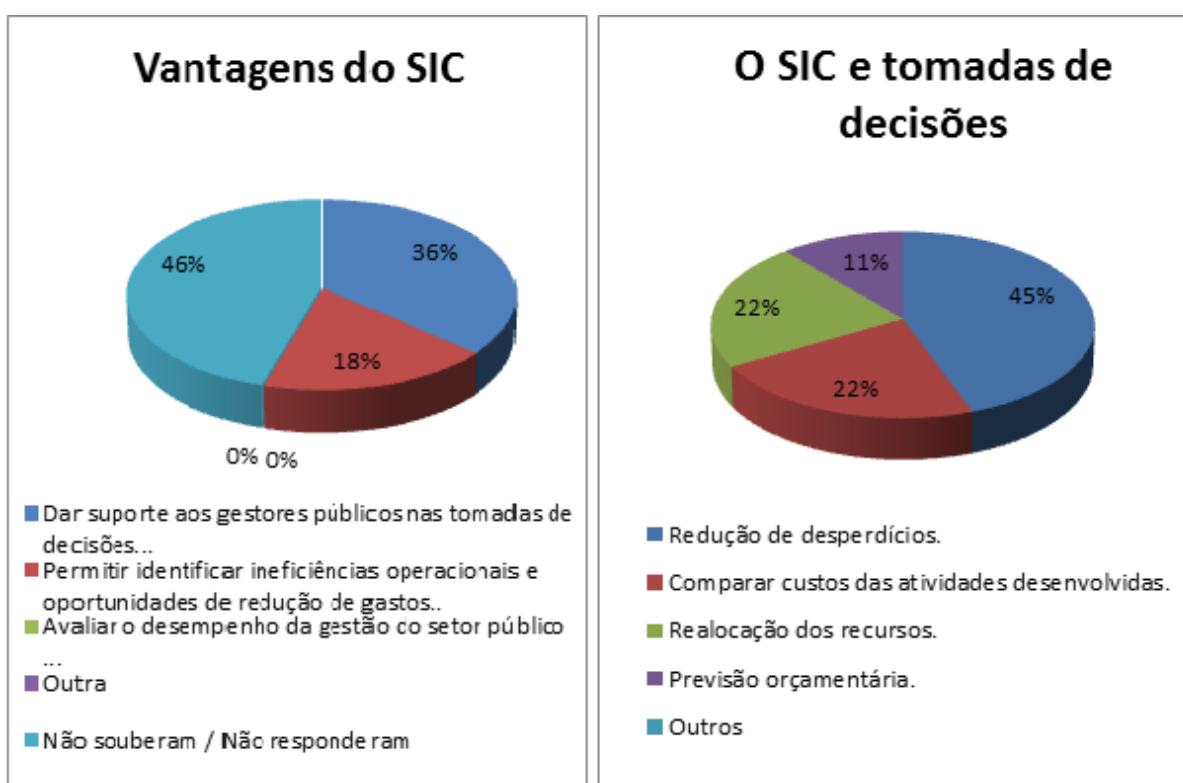


Gráfico 4 – Vantagens - SIC e tomadas de decisões

“Os sistema de custos desempenham um papel-chave nos processos decisórios e na avaliação do desempenho institucional” (ALONSO, 1999). Concordando com essa ideia Holanda et al (2012) destaca o impacto desse sistema na Administração Pública ao proporcionar avanço na melhoria da qualidade do gasto, mensurando os resultados, bem como o desempenho da gestão.

Para a administração pública esse sistema de custos será muito útil para o processo de tomadas de decisões, pois com este controle tem-se uma base mais sólida para decidir quanto à distribuição ou corte de recursos das unidades gestoras de acordo com seu desempenho (WIEMER; RIBEIRO, 2004).

Para Cruz e Neto (2007), a contabilidade financeira visa satisfazer os constituintes externos com informações e a contabilidade gerencial aos tomadores de decisão. Dos que acreditam que a gestão de custo será uma ferramenta de apoio gerencial nas tomadas de decisões, os principais motivos são, por este sistema proporcionar a redução de desperdícios, por ele comparar custos das atividades desenvolvidas, por auxiliar para uma melhor realocação dos recursos, e pela previsão orçamentária.

Se a Prefeitura teve alguma iniciativa para implantação desse sistema, 46% disseram que não, 18% sim, e 36% não souberam ou não responderam. Se o SIC está em processo de implantação, 64% não souberam responder, 36% disseram que não. Das iniciativas tomadas pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná para implantar o SIC, para 25% dos entrevistados, foram: treinamentos ou cursos sobre o SIC na área pública e adequação dos sistemas contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais existentes no setor público para a implantação do SIC, para 17% a prefeitura não teve nenhuma iniciativa, 58% não opinaram.

Os fatores que impedem a prefeitura de tomar maiores iniciativas para a implantação deste sistema, de acordo com 36% dos entrevistados, são: a falta de profissionais com o conhecimento na área, a ausência de previsão e fixação orçamentária para realização de investimento no SIC, o prazo para implantação ser de longo prazo e a implantação no setor público ser facultativa, 64% não souberam ou não responderam.

De acordo com Holanda et al (2012) a dificuldade em se implementar um sistema de custos na administração pública brasileira, passados quase meio século da primeira lei que o citou, se deve a falta de uma cultura para existência dessa apuração do sistema de custos, à ausência de rotinas de responsabilização e incentivos suficientes.

Mesmo com empenhos de diversos órgãos para que a implantação do sistema de custos no setor público ocorra percebe-se que devido a fatores culturais e econômicos há uma forte resistência para mudança na forma de controle e gestão pública, conforme enfatizado por Alonso (1999). Pois na administração pública é muito forte a convicção de que o fundamental é o cumprimento da lei, não se importando para o bom desempenho, economia de recursos e satisfação dos usuários (WIEMER e RIBEIRO, 2004).

Dos fatores apontados por Holanda et al (2012) que contribuíram para a não implantação desse sistema anteriormente, mesmo com as determinações em leis, destaca-se: “a falta de cultura para existência de custos; a ausência de rotinas de responsabilização e incentivos suficientes na Administração Pública; os gestores se sentirem desconfortáveis pela possibilidade de serem avaliados por seu desempenho; as informações em grande massa de dados disponibilizados são de difícil entendimento pelo público”.

Com o intuito de identificar a percepção dos servidores da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná quanto ao uso do sistema de custos no que se refere à contribuição que este proporcionará para o controle e gestão pública, foram elaboradas quatro perguntas. 1. O sistema de custos favorece a comparação e avaliação da eficácia e eficiência orçamentária; 2. O sistema de custos irá possibilitar o estabelecimento de metas a serem alcançadas; 3. O SIC aplicado ao setor público proporcionará maior transparência com relação aos gastos na área pública; 4. O SIC aplicado ao setor público proporcionará a elaboração de informações contábeis e demonstrações mais claras, objetivas e compreensíveis para o usuário das informações.

Possibilidades	p01 %	p02 %	p03	p04%
Discordo Plenamente				
Discordo				9,1
Indeciso	45,5	54,6	27,3	36,4
Concordo	36,4	36,4	63,6	45,5
Concordo Plenamente	9,1			
Não optou	9,1	9,1	9,1	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 2 – Percepção quanto ao uso do sistema de custos como auxílio para o controle e gestão pública

Fonte: Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de custos no setor público além de cumprir com determinação legal visa proporcionar aos municípios uma vantagem gerencial diante das novas mudanças impostas e auxiliar os gestores na administração dos poucos recursos que dispõe (CRUZ; NETO, 2007). Este sistema proporcionará avanço na melhoria da qualidade do gasto, mensurando os resultados, bem como o desempenho da gestão (HOLANDA et al, 2012).

Kladi e Ferrari, 2011 enfatizam que este sistema é uma ferramenta versátil que proporcionará maior transparência e controle social, e ainda contribuirá para avaliação dos gastos públicos. Ressalta-se, conforme Alonso (1999), que para que o sistema de custos no setor público seja implantado, é preciso uma mudança dos fatores culturais e econômicos para dispor de uma nova forma de controle e gestão pública.

Assim, este trabalho teve como objetivo geral verificar sobre a percepção dos servidores do setor de contabilidade acerca do processo de implantação do Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná- RO. Para o alcance do objetivo proposto apresentam-se os objetivos específicos de:

a) Apresentar conceitos relacionados à Administração Pública, Custos, Sistema de Custos na Administração Pública;

Em atendimento a este objetivo, conforme pesquisa considera-se custos “o consumo de recursos na produção de um bem ou serviço” ou das atividades das organizações (ALONSO, 1999).

Para a administração pública o sistema de custos será muito útil para o processo de tomadas de decisões, pois com ele será possível uma melhor realocação dos recursos às unidades gestoras de acordo com seu desempenho (WIEMER; RIBEIRO, 2004).

O Sistema de Informação de Custos – SIC – do Governo Federal é uma ferramenta versátil, que reunirá informações dos principais sistemas estruturantes, e que proporcionará a mensuração dos produtos e serviços disponibilizados pelo governo aos cidadãos (KLADI; FERRARI, 2011).

b) Identifica a importância e as principais vantagens da futura implantação de um sistema de custos.

Os principais motivos que tornam o SIC importante para a Administração Pública, de acordo com os respondentes são: possibilitar aos gestores a tomar decisões mais seguras, as informações serão claras e objetivas; será elemento de melhoria do gasto público; e os gestores poderão, através da transparência, saber onde aplicar os recursos.

Na percepção dos servidores públicos, a futura implantação do SIC proporcionará à Administração Pública suporte aos gestores públicos nas tomadas de decisões, reunindo dados que os auxiliem no controle, planejamento e avaliação das atividades e programas; e permitir identificar ineficiências operacionais e oportunidades de redução de gastos, propiciando maior clareza dos pontos de desperdícios cometidos e a realocação de recursos dos programas.

c) Abordar o conhecimento dos servidores quanto à nova gestão de custos como instrumento que irá auxiliar nas tomadas de decisões na administração pública municipal.

Quanto à gestão de custos poder auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, 46% dos entrevistados, acreditam que a gestão de custo será uma ferramenta de apoio gerencial nas tomadas de decisões, pois este sistema proporcionará a redução de desperdícios, irá comparar

os custos das atividades desenvolvidas, auxiliará na realocação dos recursos, e pela previsão orçamentária.

Quanto às iniciativas da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná para implantação do SIC são quase que imperceptíveis. E o que concerne ao conhecimento dos servidores sobre o SIC, como ferramenta gerencial que proporcionará uma melhor aplicação dos recursos públicos, há certa limitação, atribuímos a isso o fato de o sistema ainda estar em processo de implantação, entretanto, em média, percebem a importância deste sistema para a Administração Pública.

O Sistema de Informação de Custos do Governo Federal é um marco histórico para o setor público, pois além de contribuir para a simplificação da transparência das informações prestadas aos usuários é um sistema que visa auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, contribuindo para uma melhor aplicação dos recursos, em busca de proporcionar uma gestão de qualidade à sociedade, de acordo com os princípios de eficiência, eficácia e economicidade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marcos. **Custos no Serviço Público**. Revista do Serviço Público – Ano 50, Número 1. Brasília: ENAP, 1999. Acesso em 08/03/2012
>[http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/99-Alonso50\(1\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/99-Alonso50(1).pdf)<

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Acesso em 03/05/2012 > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm<

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Acesso em 03/05/2012 > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.html<

BRASIL. Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Acesso em 14/03/2013 > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm<

BRASIL. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. **Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.** Acesso em 14/03/2013 >
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm<

CERVO, A.L; BERVIAN, P.A; DA SILVA, R. **Metodologia científica**, 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUZ, F; NETO, O. A. P; **Contabilidade de custos para entidades estatais – metodologia e casos simulados.** Minas Gerais. Fórum. 2007.

FERRARI, A. L. S; KLADI, M. C. E. **O sistema de custos do Governo Federal e o macro processo orçamentário e financeiro da Administração Pública Federal.** IV Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília/DF. 2011. Acesso em 28/03/2012.
 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/Painel_18_064_MCEK_ALSF.pdf>

HOLANDA, V.B; WELTMAN, F.L; GUIMARÃES, F. **Sistema de informação de custos na administração pública federal – uma política de Estado.** 1. ed. Rio de Janeiro. FGV. 2010. Acesso em 08/03/2012
 >http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7725/CPDOC_SistemaDeInformacaoCusto.pdf?sequence=1<

HOLANDA, V. B; MONTEIRO, B. R. P; PEREIRA, M. C. E; SANTOS, W. V. **O processo de implantação do sistema de informação de custos do Governo Federal do Brasil.** Brasília. 2012. Acesso em 28/03/2012 >
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/PROCESSO_DE_IMPLANTACAO_DO_SIC.pdf<

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. Acesso em 05/05/2013<
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=110012#<>

MALTEZ, Emílio. **Implantação do Sistema de Custos no Setor Público: Um caso real antes da Lei de Responsabilidade Fiscal.** Fundação Visconde de Cairu – Salvador

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 9ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2003.

MOREIRA, Francisco Wayne. **Desafios, Processos de Internalização, Dificuldades, Estratégias, Fases e Estágios de Implantação.** Coordenação-Geral de Contabilidade da União STN/CCONT. Brasília. 2010. Acesso em 28/03/2012

>http://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/011210_SemPublica_Francisco.pdf<

RIBEIRO, D. C.; WIEMER, A. P. M. **Custos no serviço Público**. 4º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. 2004. Acesso em 08/03/2012
><http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos42004/187.pdf><

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. Ed. Atlas. São Paulo. 2005.

[TESOURO NACIONAL \(Brasil\). Sistema de Informações de Custos do Governo Federal. Brasília. 2012. Acesso em 28/02/2012.](#)
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/apresentacao.asp>

APÊNDICE

Questionário de Pesquisa
(Prefeitura Municipal de Ji-Paraná)

Instrumento de Coleta de Dados que será aplicado aos servidores da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, com o objetivo de verificar a percepção dos servidores da área contábil, acerca do processo de implantação do Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, sua importância e vantagens como elemento de melhoria.

1. Sexo: Masculino ()
 Feminino ()

2. Idade: _____

3. Formação:

() Nível Fundamental

() Nível Médio

() Nível Superior

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Outros: _____

4. Área de formação /Curso _____

5. Área de atuação: _____

6. Tipo de Cargo:

() Efetivo

() Portaria

() Cargo Comissionado

()

Outro. _____

7. Cargo/Função: _____

8. Tempo em que exerce o (a)
Cargo/Função: _____

9. Você conhece ou tem informações sobre do que se trata o “Sistema de Custos do Governo Federal”?

() Sim () Não

10. Caso a resposta seja “Sim”, o que é o Sistema de Informação de Custos em sua opinião?

11. Caso a resposta seja “Sim”, cite a forma como obteve essas informações:

() Internet / Pesquisas

() TV/Rádio

() Treinamentos

() Palestras/Cursos

() Graduação/Especializações

() Outros: _____

12. Caso a resposta seja “Não”, assinale a alternativa que se refere ao principal motivo de seu desconhecimento sobre o tema:

() Não obrigatoriedade da utilização desse sistema

() Não oferecimento de treinamento por parte da Administração Pública.

() Outros Motivos _____

13. Caso conheça este assunto, selecione abaixo a opção que represente o conceito de custos no setor público:

() Sacrificio financeiro que a entidade faz para obter um produto ou serviço qualquer, sacrificio esse que se dá por entrega ou promessa de entrega de ativos. (continua)

() Gasto relativo a um bem ou serviço consumido na elaboração de outro bem ou serviço, no setor público pretende nos mostrar como o governo financia seus resultados.

() Gasto que é registrado no ativo em função de sua vida útil ou de benefícios que proporcionará em períodos futuros.

() Bem ou serviço consumido na mesma forma física que é adquirida para obtenção de receitas, no setor público pretende nos mostrar o desembolso financeiro das ações governamentais.

14. Em sua opinião existe diferença entre custos e despesas no setor público?

() Sim

() Não

15. Caso a sua resposta seja “sim”, poderia descrever, em sua opinião, a diferença entre custos e despesas no setor público?

16. Selecione abaixo quais as leis que determinam que os custos sejam mensurados no setor público, se for o caso assinale mais de uma alternativa:

() Lei nº 4.320/1964

() Lei 10.180/2001;

() Lei 8.112/1990

() LRF, artigo 50;

() Lei 8.666/93;

() Decreto-Lei nº 200/1967;

() Lei nº 8.429/1999;

() Nenhuma das alternativas;

() Não sei.

17. Você tem conhecimento da implantação do Sistema de Custos do Governo Federal?

() Sim

() Não

18. Em sua opinião, o Sistema de Informação de Custos trará benefícios para a Administração Pública?

() Sim

() Não

19. Caso a resposta da questão anterior, “18” seja “sim”, assinale abaixo quais os benefícios que você acredita que o SIC poderá proporcionar à Administração Pública. (se for o caso poderá selecionar mais de uma alternativa)

() Facilitar as tomadas de decisões para melhor alocação dos recursos;

() Subsidiar o planejamento e controle dos custos das atividades;

() Mensurar o desempenho e avaliação;

() Auxílio na gestão gerencial.

() Controle da economicidade das operações.

() Avaliação, simulação e análise de alternativas.

() Outro _____

20. Em sua opinião qual a vantagem mais relevante da implantação deste sistema?

() Dar suporte aos gestores públicos nas tomadas de decisões, reunindo dados que os auxiliem no controle, planejamento e avaliação das atividades e programas.

() Permitir identificar ineficiências operacionais e oportunidades de redução de gastos, propiciando maior clareza dos pontos de desperdícios cometidos e a realocação de recursos dos programas.

() Avaliar o desempenho da gestão do setor público e identificar com mais facilidade a aplicação dos recursos arrecadados, facilitando o entendimento pelo público das informações.

() Outra. _____

21. Você acredita que o Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, como uma ferramenta gerencial proporcionará uma melhor aplicação dos recursos públicos?

() Sim

() Não

22. Se a resposta for “Sim”, cite alguns motivos pelos quais existirá essa melhor aplicação de recursos:

23. Em sua opinião a implantação e utilização do SIC é importante para a Administração Pública?

() Sim

() Não

24. Caso a resposta da questão 21 seja “sim”, quais os principais motivos, que na sua opinião tornam o SIC importante para Administração Pública?

25. A gestão de custos pode auxiliar nas tomadas de decisões?

() Sim

() Não

26. Caso a resposta seja “Sim”, assinale abaixo, de acordo com sua opinião, qual das alternativas representa melhor os motivos do SIC poder auxiliar nas tomadas de decisões. (se for o caso poderá selecionar mais de uma alternativa)

() Redução de desperdícios.

() Comparar custos das atividades desenvolvidas.

() Realocação dos recursos.

() Previsão orçamentária.

() Outros _____

27. A Prefeitura teve alguma iniciativa para implantação desse sistema?

() Sim

() Não

28. Caso a resposta seja “sim”, o SIC já está em processo de implantação na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná?

() Sim

() Não

29. Assinale abaixo, se for o caso poderá assinalar mais de uma alternativa, qual (is) foi (ram) a (s) iniciativa (s) tomada (s) pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná com relação a implantação do SIC.

() Treinamento/Curso sobre o SIC na área pública.

() Investimento em sistema de processamento de dados referente ao SIC.

() Adequação dos sistemas contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais existentes no setor público para a implantação do SIC.

() Outras iniciativas: _____

30. Em sua opinião, se a Prefeitura ainda não se manifestou quanto à implantação do SIC, quais os fatores que a impede de tomar iniciativas para a implantação deste sistema?

() Ausência de previsão e fixação orçamentária para realização de investimento no SIC.

() O prazo para implantação se de longo prazo.

() A implantação no setor público ser facultativa.

() Outros: _____

31. O sistema de custos favorece a comparação e avaliação da eficácia e eficiência orçamentária.

() Discordo Plenamente.

() Discordo

() Indeciso

() Concordo

() Concordo Plenamente

32. O sistema de custos irá possibilitar o estabelecimento de metas a serem alcançadas.

() Discordo Plenamente.

() Discordo

() Indeciso

() Concordo

() Concordo Plenamente

33. O SIC aplicado ao setor público proporcionará maior transparência com relação aos gastos na área pública.

- () Discordo Plenamente.
- () Discordo
- () Indeciso
- () Concordo
- () Concordo Plenamente

34. O SIC aplicado ao setor público proporcionará a elaboração de informações contábeis e demonstrações mais claras, objetivas e compreensíveis para o usuário das informações.

- () Discordo Plenamente.
- () Discordo
- () Indeciso
- () Concordo
- () Concordo Plenamente